

RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.716 - CE (2015/0238351-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : WASHINGTON LUIZ PINTO MACHADO E OUTRO(S) -
RJ057731

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **UNIÃO**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de apelação e remessa necessária, assim ementado (fl. 708e):

EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. MILITAR ANISTIADO. REINTEGRAÇÃO. POSICIONAMENTO NA CARREIRA ESPECIFICADO NA FASE DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

- 1. A sentença proferida em sede de Embargos à Execução de título judicial não está sujeita ao duplo grau de jurisdição.*
- 2. Preclusão relativa à discussão de que o Autor - Embargado não faria jus aos benefícios da anistia estatuída no art. 8º, do ADCT/88, porque teria sido afastado dos quadros da Aeronáutica em decorrência de ato disciplinar, e não, de ato de exceção, tendo em vista que se cuida de matéria já consubstanciada em coisa julgada, eis que foi tema de embate na fase de conhecimento.*
- 3. Não havendo o título exequendo determinado especificamente qual a graduação em que deveria ser enquadrado o Autor - Embargado, mas reconhecendo que ele faz jus ao enquadramento no mesmo posto em que estaria se não tivesse sido afastado, inclusive às promoções, nada obsta que tal especificação se proceda na fase de execução.*
- 4. Inexistência de infringência aos limites objetivos da coisa julgada, já que foi assegurado ao Autor - Embargado o enquadramento na graduação compatível com o respectivo tempo de serviço e com as promoções devidas.*
- 5. Apelação improvida. Remessa Necessária não conhecida.*

Opostos embargos de declaração pela União, foram julgados prejudicados, com correção de erro material (fls. 720/727e), consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fls.728/731e):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. JULGAMENTO DE RECURSO EQUIVOCADO. CORREÇÃO DE OFÍCIO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. VALIDAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES À SENTENÇA.

1. Acórdão embargado que incorreu em erro material, eis que não observou que a Apelação se referia à sentença do processo de conhecimento, tendo em vista a decisão proferida no AGTR 40.469/CE (que acatou os argumentos expendidos pela União, no sentido de considerar nulos os atos processuais posteriores a sentença de fls. 87/91, uma vez que não fora intimada pessoalmente para recorrer). 2. Na ação de conhecimento, a União não foi intimada da sentença. Os autos subiram a este Tribunal por força da remessa. A União interpôs Recurso Especial, que não foi admitido. Transitada a sentença, já na fase de execução, a União interpôs

Ação Rescisória, que foi julgada improcedente. 3. Esgotados todos os meios de defesa, depois de decorridos

mais de 5 (cinco) anos, a União formulou pedido de chamamento do feito à ordem alegando não ter sido intimada pessoalmente da sentença proferida no processo conhecimento. O magistrado, na decisão de fls. 417, anulou todos os atos processuais a partir da sentença, tendo a União, em virtude da declaração de nulidade, interposto apelação –fls. 419/423. Posteriormente foi revogada a decisão, ao fundamento de que a União por diversas vezes se manifestou nos autos após a prolação da sentença, sem jamais ter suscitado qualquer vício de intimação. 4. Dessa decisão foi desafiado o AGTR nº 40.469/CE, no qual foi deferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo, posteriormente confirmado pela eg. Turma, considerando nulos os atos processuais praticados na ação de conhecimento, posteriores à sentença, em virtude da ausência de intimação pessoal –fls. 461/462 e fls. 470/473. Em função disso, os autos subiram a este Tribunal para análise do recurso de apelação interposto em face da sentença proferida na ação de conhecimento. 5. Contudo, foi analisado e julgado o recurso desafiado em face da sentença proferida nos Embargos à Execução e não o referente à sentença do processo de conhecimento. Ocorrência de erro material, cuja correção se impõe, com a análise do recurso correto, no qual a União pretende que seja declarado nulo o Acórdão que julgou a remessa necessária. 7. A nulidade a que alude o artigo 247, do CPC, embora absoluta, não deve acarretar a destruição do processo se não evidenciado o prejuízo para a parte que a alega. A decretação de nulidade de atos processuais depende da efetiva demonstração de prejuízo da parte interessada, devendo prevalecer o princípio “pas de nullité sans grief”. 8. Embora a União não tenha sido intimada pessoalmente da sentença, além de ter sido beneficiada com a remessa necessária foi ela intimada pessoalmente da pauta de julgamento da REOAC nº 72507-CE –cf. fl. 141. Na oportunidade nada disse acerca da nulidade da sentença. Após o

juízo de julgamento da remessa necessária a União se manifestou nos autos interpondo Recurso Especial, o qual não foi admitido—cf. fl. 166. 9. A nulidade absoluta decorrente da não intimação pessoal, deve ser alegada na primeira oportunidade em que teve para se manifestar, sob pena de ficar preclusa a possibilidade de fazê-lo tardiamente, consoante dispõe o artigo 245, do CPC, em atendimento ao princípio da celeridade processual. 10. A União, na primeira oportunidade que lhe foi apresentada, não suscitou a ocorrência de qualquer nulidade processual decorrente de vício quando da intimação da sentença, o que só veio a ser feito na petição de fls. 298/305, protocolizada em 12-2- 2001, ou seja, mais de 5 (cinco) anos após a sua primeira intervenção, feita em 14-11-1996 (fl. 141), quando fora intimada pessoalmente da pauta de julgamento. 11. Não pode a União, em estrita observância ao princípio da preclusão, revolver, em petição ulterior, a questão relativa à suposta ocorrência de nulidade processual, pela ausência de intimação da sentença do processo de conhecimento, ainda que se considerasse a hipótese dos autos como ensejadora de nulidade absoluta do feito. Tampouco poderia alegar nulidade do julgamento da remessa como defesa neste recurso. (STJ, PET nº 9.971/DF, Terceira Turma, DJe de 3-2-2014, Rel. Min. Nancy Andrighi; AgRg no REsp nº 800.549/MG, Sexta Turma, DJe de 28-2-2014, Rel. Min. Assusete Magalhães; AGRESP nº 200700205049, Sexta Turma, DJe de 12-8-2013, Rel. Min. Maria Thereza De Assis Moura; REsp nº 1336340/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13-10-2012; ED na APELREEX nº 141157-PB, Terceira Turma, DJe de 23-7-2012, Rel. Des. Fed. Geraldo Apoliano). 12. Erro material corrigido. Apelação não conhecida. Manutenção do Acórdão proferido na REOAC nº 72507-CE. Embargos prejudicados.

Opostos novos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 749/753e).

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

i) Art. 535, II, do Código de Processo Civil – "com os embargos declaratórios, buscou-se a correção de omissões existentes na decisão recorrida. Entretanto, venia concessa, inusitadamente, a União teve seu recurso de Embargos de Declaração - equivocadamente- improvido, isto é, não entendeu pela ocorrência de qualquer dos vícios alegados, nos termos do v. acórdão" (fl. 760e);

ii) Arts. 467, 468 e 474 do Código de Processo Civil e art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988 – ocorrência de coisa julgada, "portanto, o entendimento esposado no acórdão ora embagado, no sentido de que 'não pode a União, em estrita observância ao princípio da preclusão, resolver, em petição ulterior, a questão relativa à suposta ocorrência de nulidade processual, pela ausência de intimação da sentença do processo de conhecimento, ainda que se considerasse a hipótese dos autos como ensejadores de nulidade do feito' viola a coisa julgada do AGTR n. 40.469-CE" (fl. 762e);

iii) Arts. 1º do Decreto-lei 20.910/32 e 219, § 5º, do Código de Processo Civil – ocorrência de prescrição, porquanto "o ato que licenciou o autor remonta a 1964 e o mesmo apenas ajuizou a ação em 1993, de modo que se encontra prescrita a pretensão" (fl. 763e);

iv) Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT – "o licenciamento do autor não ocorreu por motivação exclusivamente política, como exige a norma acima, eis que teve por embasamento o alcance do tempo de serviço de 08 anos (Portaria n. 1.104 - GM3, de 12.10.64, art. 2º, item 5.1, 'c' (fl. 20), sendo à época Cabo - vide também a Portaria DIRAP n. 919/CA quando informa: '(...) atingiu a idade limite de permanência no serviço ativo' fl. 183" (fl. 765e). Alega que "não pode assim o autor pretender as mesmas promoções, sob pena de quebra de isonomia e da hierarquia militar 'haja vista que o quadro ao qual pertencia limitava-se a esta posição de [cabo] na hierarquia militar, não podendo a Administração aplicar promoções além das previstas e não especificadas em decisão judicial" (fl. 767e);

v) Art. 1º-F da Lei 9.494/97 – devem incidir os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança; e

vi) Art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil – "verifica-se EXCESSIVA a condenação da União ao pagamento de honorários advocatícios, arbitrados em 20% sobre o

valor da condenação, esta então vislumbrada desde 1988 (fl. 91) e, posteriormente, na graduação de Suboficial (ambas situações não mais transitadas em julgado), o que confere à causa certamente o caráter MILIONÁRIO" (fl. 767e).

Sem contrarrazões (fls. 770e), o recurso foi admitido (fl. 771e).

À fl. 784e, proferi decisão intimando-se a União para manifestar-se acerca do interesse no julgamento do recurso, a qual se manifestou positivamente (fls. 793/796e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar seguimento a recurso ou a pedido manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Não se pode conhecer a apontada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, porquanto o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. AFASTAMENTO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO CREDOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284

do STF.

(...)

(AgRg no REsp 1.450.797/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 11/06/2014).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC, a agravante não evidencia qualquer vício no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 422.907/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2013; AgRg no AREsp 75.356/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/10/2013.

(AgRg no AREsp 318.883/RJ, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/07/2014 – destaques meus).

O recurso especial possui fundamentação vinculada, destinando-se a garantir a autoridade da lei federal e a sua aplicação uniforme, não constituindo, portanto, instrumento processual destinado a examinar possível ofensa a norma constitucional, ainda que para efeito de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República.

Dessa forma, a presente insurgência não pode ser conhecida no que tange à alegada violação ao art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A respeito do tema, o precedente:

PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO -

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA - AUSÊNCIA DE VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC - PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - IMPOSSIBILIDADE.

1. Não compete ao STJ intervir em matéria de competência do STF, tampouco para prequestionar questão constitucional, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Lei Maior.

2. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.054.064/PA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/04/2013, DJe 02/05/2013).

No que se refere à alegada exorbitância dos honorário advocatícios e à aplicação da Lei n. 11.960/2009, verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem.

Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a aplicação dos suscitados arts. 20, § 4º, do Código de Processo Civil e 1º-F da Lei n. 11.960/09.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. OPONIBILIDADE EM FACE DA UNIÃO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO PROPRIEDADE PARTICULAR. IMPOSSIBILIDADE. PROPRIEDADE PÚBLICA CONSTITUCIONALMENTE

ASSEGURADA (CR/88, ART. 20, INC. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à Resolução n. 8/2008.

(REsp 1.183.546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010 – destaques meus).

De outra parte, esta Corte firmou orientação no sentido de não ser possível, em recurso especial, rever o posicionamento adotado pelo tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, a fim de verificar-se possível ofensa à coisa julgada, aplicando o enunciado da Súmula 7/STJ.

Nessa linha:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE ISS SOBRE SERVIÇOS NOTARIAIS E CARTORÁRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. AFASTAMENTO PELO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. ALTERAÇÃO DOS ASPECTOS FORMAIS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. SÚMULA 239/STF.

(...)

2. Não se admite, em sede de recurso especial, o reexame dos elementos do processo a fim de apurar a existência de coisa julgada já afastada pelo Tribunal a quo, com fundamento em análise das provas colhidas nos autos. Precedentes: AgRg no REsp 1127665/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015; AgRg no REsp 1465602/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 19/2/2015; AgRg no REsp 1095283/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/05/2011; AgRg no Ag 1373008/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 15/4/2011; e AgRg no REsp 926.998/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 8/11/2010.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 791.248/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 24/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ENERGIA ELÉTRICA. PORTARIAS 38 E 45 /86 DO EXTINTO DNAEE. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA CEEE-D. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA ANTE AO RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DE "EFEITO CASCATA". SÚMULA 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

(...)

III - Impossibilidade de revisão, em recurso especial, das conclusões do Tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, a fim de verificar-se possível ofensa à coisa julgada.

Súmula 7/STJ.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AgRg no Ag 1354963/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 12/04/2016)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COISA JULGADA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, com base em ampla cognição fático-probatória, expressamente afastou a alegada violação à coisa julgada.

2. Segundo a firme jurisprudência deste STJ, "... inviável, nesta via recursal, rever o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, em razão do comando contido na Súmula n.º 07 desta Corte Superior de Justiça, uma vez que seria necessário o reexame dos aspectos concretos da causa." (AgRg no REsp 1.240.183/SC, Quinta Turma, Relatora Ministra Laurita Vaz, julgado em 19/2/2013, DJe 28/2/2013) 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.571.173/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA ENERGIA ELÉTRICA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. EXCESSO DE EXECUÇÃO RECONHECIDO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem reconheceu a existência de excesso de execução, com o fundamento de que a parcela do empréstimo compulsório não integrava o título executivo judicial. A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1314842/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 27/08/2012)

Ademais, o recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, porquanto o óbice da Súmula n. 7/STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial quando, para a comprovação da similitude fática entre os julgados confrontados, é necessário o reexame de fatos e provas.

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO. REDIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA ATESTANDO QUE A EMPRESA NÃO FUNCIONA NO LOCAL INDICADO. SUMULA 453/STJ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "Para se chegar à conclusão diversa da firmada pelas instâncias ordinárias no tocante ao redirecionamento da execução fiscal em razão do descumprimento ao art. 135, III do CTN pelo sócio-gerente seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (AgRg no Ag 1.341.069/PR, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 15/9/11).

2. "Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem" (AgRg no AREsp 346.367/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 11/9/13) 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 424.727/PR, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 06/02/2014 – destaques

meus).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. LEI 9.503/1997. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. A Corte de origem assentou sua decisão baseada na análise do conjunto fático-probatório dos autos, razão pela qual o acolhimento da pretensão recursal demanda novo exame das provas constantes dos autos, incidindo a Súmula 7/STJ.

2. O alegado dissídio jurisprudencial restou prejudicado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.247.182/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 30/09/2013 – destaques meus).

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ATO ÍMPROBO. ELEMENTO SUBJETIVO DOLO GENÉRICO. CARACTERIZADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 12 DA LEI N. 8.429/92. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ANÁLISE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

7. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 597.359/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 22/04/2015 – destaques meus).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. LABOR RURÍCOLA. RECONHECIMENTO. PROVA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO AFASTADOS.

1. Tendo o Tribunal de origem fixado compreensão no sentido de que o segurado não logrou comprovar o labor campesino nos lapsos temporais indicados, a reforma desse entendimento não pode ser lavada à cabo em

Superior Tribunal de Justiça

sede de recurso especial, ante o óbice representado pela Súmula 7 do STJ.

2. A caracterização do dissídio jurisprudencial demanda a realização do confronto analítico entre as conclusões do aresto impugnado e as teses acolhidas pelos julgados indicados como dissonantes, não se mostrando suficiente para tal a simples transcrição dos julgados tidos como divergentes. Precedentes.

3. Além disso, impedido o trânsito do recurso especial em decorrência da orientação fixada pela Súmula 7/STJ, fica prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial, ante a ausência de similitude fática entre o julgado recorrido e os acórdãos indicados como divergentes. Precedentes.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AgRg no AREsp 611.941/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015 – destaques meus).

Posto isso, com fundamento no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, **NEGO SEGUIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora